

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO



Ricardo Stuckert/PR

Jinping não veio agora. Mas interesses são grandes

Brasil virou negócio da China

Há quem diga que a China ultrapassou o comunismo e instituiu na economia do mundo uma espécie de capitalismo de Estado. Nesse modelo, o governo estaria em todos os negócios e definiria prioridades de negócios e investimentos, sendo sócio de todo mundo. Esteja ou não o Estado chinês envolvido nas empresas, a verdade é que a forte expansão das empresas do país no

Brasil já começa a produzir uma forte competição entre elas nos mercados que domina. Isso está claro na indústria automobilística, na produção dos carros elétricos. A entrada no mercado brasileiro das montadoras GAC e GWM abriu uma pesada concorrência com a BYD, que hoje é a principal fábrica de elétricos no Brasil, e já teve um crescimento de mais de 300% no Brasil.

Interesse

O presidente da China, Xi Jinping pode não ter vindo para a reunião dos Brics, que terminou na segunda-feira (7). Mas isso está longe de significar uma diminuição do interesse chinês no Brasil. Que está longe de se relacionar somente com o mercado de automóveis elétricos.

Hospital

A China, por exemplo, está financiando a construção do primeiro hospital digital de referência do Brasil. O hospital será construído em São Paulo, com mais de 800 leitos. E com tecnologia totalmente chinesa para cirurgias à distância e outros procedimentos de ponta.



Ricardo Stuckert/PR

BYD estacionou carro em frente ao Alvorada

Interesse da China em ferrovia para o Peru é grande

A construção da ferrovia saindo do porto de Ilhéus, na Bahia, e indo até o Peru é outro projeto com grande chance de sair do papel. Na segunda, foi assinado um acordo de parceria para a sua construção. A China investiu pesado no porto de Chancay, no Peru, e certamente não foi somente para transportar dali produtos

daquele país. A ferrovia irá cortar o Brasil pelo meio, saindo da Bahia, passando pela região Centro-Oeste, forte produtora de grãos, chegando até o Peru, e daí até o Oceano Pacífico e finalmente à China. Estima-se uma redução de 40 para 28 dias no deslocamento. Parte importantíssima da "Nova Rota da Seda".

Política

Os chineses são bem agressivos no jogo econômico. Mas não costumam interferir nas disputas políticas internas dos países dos quais têm interesse. Quem atua com empresas chinesas no Brasil, acha que continuarão não interferindo. Embora haja novos fatores em questão.

EUA

As declarações de Donald Trump em defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro e as ameaças de sobretaxação de produtos brasileiros mostram que, ao contrário, os Estados Unidos poderão intervir pesado. E, aí, esse tipo de interferência, ao contrário, é tradição dos EUA.

Conflito

No caso, os interesses são frontalmente conflitantes. O aumento da presença chinesa não apenas no Brasil mas em todo o sul do planeta viabilizando a "Nova Rota da Seda" contrasta interesse com os planos dos EUA. A briga política brasileira pode virar internacional.

Economia

De qualquer modo, se não houver interferência direta, que é mesmo improvável, pode haver aquela que tem a cor e o cheiro do dinheiro. A negociação chinesa não é ideológica. E não são poucos os empresários brasileiros que a observam e têm interesse direto nela.

Arthur Lira estuda reduzir compensação em PL do IR

Relator afirma que taxa sobre ricos é acima do necessário

Por Gabriela Gallo

O relator do projeto de lei que amplia a faixa da isenção do pagamento do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil mensais (PL 1087/2025) na Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), informou que estuda reduzir a alíquota que será aplicada àqueles que ganham uma renda anual acima de R\$ 1,2 milhão, para compensar a perda arrecadatória do governo. Inicialmente, o governo propôs aplicar uma taxa de 10%, mas Lira propõe reduzir a alíquota para 8% ou 9%. A informação foi declarada nesta terça-feira (8), após o ex-presidente da Câmara apresentar uma versão inicial de seu parecer a coordenadores de bancada na Comissão Especial do Imposto de Renda.

De acordo com o relator da medida, apesar da maioria dos parlamentares se manifestarem favoráveis em ampliar a faixa da isenção do imposto de renda, o impasse está na compensação arrecadatória.

"Todos sabem que as contas de uma líquida mínima de 10, ela dá uma compensação muito maior do que a renúncia. A renúncia é de R\$ 25 bilhões e uma arrecadação de R\$ 34 bilhões, só para 2026. Então, lógico que se nós estamos buscando a neutralidade pontual da isenção de R\$ 5 mil para uma compensação para estados, municípios, União, todos, vamos buscar uma líquida que seja mais eficaz. Se vai ser possível ou não, a gente vai à discussão", afirmou Lira.

A proposta da equipe econômica do governo federal é apresentar uma taxa progressiva, que começará com quem ganha R\$ 600 mil por ano e finalizaria com 10% de taxa para renda anual a partir de R\$ 1,2 milhão. De acordo com o Ministério



Lula Marques/Agência Brasil

Lira pretende incluir questão do IOF no seu projeto para o IR

da Fazenda, a regra não será aplicada para alugueis, salários ou demais rendas que já sejam tributadas. Ela vale para rendimentos que atualmente estão isentos, como, por exemplo, lucros e dividendos recebidos nas atividades empresariais. Com a medida, a Fazenda visa arrecadar R\$ 25,22 bilhões.

Contudo, para Lira o governo está buscando uma arrecadação tributária acima do necessário para compensar o Imposto de Renda. "A compensação não é neutra. Ela traz uma arrecadação muito maior do que a renúncia. Vamos buscar uma alíquota que seja mais eficaz", disse o relator.

IOF

Além da compensação da perda arrecadatória do governo com a ampliação da isenção do imposto de renda, Arthur Lira ainda declarou que pretende incluir no texto as medidas compensatórias do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), medida que enfrenta

crise entre os poderes Executivo e Legislativo. O assunto primeiro será discutido entre Lira e o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB). A previsão inicial era que o relatório final do projeto da isenção do imposto de renda seja entregue antes do recesso parlamentar, em 18 de julho. Contudo, caso seja definido que o PL 1087/2025 também incluirá o IOF, a discussão deve ser prolongada.

"Existe a possibilidade também de inclusão nesse texto de alguma saída para o IOF ou de alguns assuntos que tratam da medida provisória que foi enviada para tratar sobre as questões tributárias. Vamos fazer as conversas e, se tudo for da maneira mais simples, podemos apresentar o relatório nesta semana. Vai depender dessa conversa com o presidente da Casa e com líderes partidários", destacou o relator da medida.

Em maio governo editou um decreto presidencial alterando as alíquotas do IOF mas, após

forte repercussão, a equipe econômica voltou atrás e alterou o decreto. As mudanças, que não foram bem avaliadas pelo Congresso Nacional, determinavam a incidência de Imposto de Renda com alíquota de 5% para novas emissões de títulos que atualmente são considerados isentos – como Letras de Crédito Agrícola e de Crédito Imobiliário, Certificados de Recebível Imobiliário e de Recebível do Agronegócio e debêntures incentivadas. Dias depois, a Câmara aprovou a urgência de um projeto de decreto legislativo que derrubava o decreto do governo. Para, então, Câmara e o Senado aprovarem depois o decreto no mesmo dia, derrubando três medidas presidenciais que aumentavam o IOF.

O governo entrou com recurso no Supremo Tribunal Federal (STF) e o ministro Alexandre de Moraes agendou um encontro com representantes dos três Poderes para chegar a um acordo sobre o assunto na próxima terça-feira (15).

Mais um deputado investigado por emendas orçamentárias

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Por Gabriela Gallo

Em meio a debates acerca das emendas orçamentárias, a Polícia Federal (PF) identificou mais um caso de desvio dos recursos. Nesta terça-feira (8), a PF deflagrou a Operação Underhand, que investiga supostos desvios de recursos públicos destinados a cidades do Ceará por meio de emendas parlamentares. Foram cumpridos 15 mandados de busca e apreensão, expedidos pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes e com o apoio técnico da Controladoria-Geral da União (CGU), em Brasília e nos municípios de Fortaleza, Baixio, Canindé, Eusébio e Nova Russas (todos do Ceará). Dentre os alvos da operação, está o deputado federal Júnior Mano (PSB-CE). Como um dos suspeitos é uma autoridade que tem foro por prerrogativa de função, o caso segue em sigilo.

O gabinete de Júnior Mano na Câmara dos Deputados também foi alvo de busca e apreensão pelas autoridades. Foi determinado o bloqueio de R\$ 54,6 milhões nas contas bancárias do parlamentar, além de quebra de dados de sigilo bancário e telefônico. Ele é investigado por manipular os resultados de eleições municipais



Júnior Mano é acusado de desvio de recursos de emendas

em 51 cidades cearenses, através da compra de votos e desvios de recursos oriundos de emendas parlamentares. Dentre os municípios que receberam os recursos, os maiores valores teriam sido destinados para Nova Russas, cidade cuja prefeita é Giordanna Silva Braga Mano (PRD), esposa do parlamentar.

Defesa

Em nota, a assessoria de comunicação de Júnior Mano nega envolvimento do parlamentar no esquema de desvio

de recursos. "Como parlamentar, o deputado não exerce qualquer função executiva ou administrativa em prefeituras", afirma a assessoria do deputado. "O parlamentar reafirma sua confiança nas instituições, em especial no Poder Judiciário e na Polícia Judiciária Federal, e reitera seu compromisso com a legalidade, a transparência e o exercício probo da função pública", completa a nota.

Em relação aos valores destinados para Nova Russas, a equipe de comunicação de

Mano reforçou que "os recursos mencionados foram aplicados em projetos de infraestrutura e promoção da saúde".

"Todas as verbas enviadas pela União tiveram a aplicação devidamente analisada pelos órgãos de fiscalização", destacou a nota.

Outros casos

Neste ano, a Polícia Federal deflagrou outras investigações que apuram o envolvimento de outros parlamentares nos desvios de recursos de emendas parlamentares. Em fevereiro, membros do gabinete do deputado Afonso Motta (PDT-RS) foram alvos da Operação EmendaFest, que teriam encaminhado R\$ 1,07 milhão (dividido em dois repasses de R\$ 200 mil e R\$ 670 mil) em propina ao Hospital Ana Nery em Santa Cruz do Sul (RS).

Além dele, os deputados federais Pastor Gil (PL-MA) e Josimar Maranhãozinho (PL-MA) e o suplente Bosco Costa (PL-SE) se tornaram alvos de uma operação que investiga um esquema de desvio de emendas e corrupção passiva na área de saúde em São José de Ribamar (MA).

No caso, eles já se tornaram réus e estão sendo julgados pelo STF. O relator é o ministro Cristiano Zanin.